

Sindicatos acusam Crato de tomar decisões ao sabor do vento

As federações sindicais de professores criticaram o ministro da Educação por "fazer anúncios ao sabor do vento", depois de ter dito que quer o Inglês como uma disciplina curricular obrigatória no 1.º ciclo do ensino básico. Professores de Inglês elogiam esta decisão mas consideram que a iniciativa peca por tardia.

 Lusa / EDUCARE

 24-09-2013

 Gosto 0  Tweet 0  Partilhar 0



a a

 comunidade

 comentar

 imprimir

"Andamos em ziguezague. Primeiro o ministro criou a prova de diagnóstico de Inglês no 9.º ano. Depois acabou com a obrigatoriedade da oferta do Inglês nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º ciclo. Hoje quer que a disciplina seja obrigatória no currículo do 1.º ciclo. Gostávamos de saber em que podemos acreditar. Era conveniente que estas coisas não fossem ditas ao sabor do vento e houvesse estratégia concertada com os parceiros que desse confiança às famílias e professores", disse ontem à Lusa o secretário-geral da Federação Nacional de Educação (FNE), João Dias da Silva.

O ministro da Educação anunciou que quer que os alunos do 1.º ciclo passem a ter Inglês como disciplina curricular obrigatória, tendo pedido ajuda ao Conselho Nacional de Educação para pensar como fazer a mudança.

"Temos de introduzir o Inglês no currículo do ensino básico", afirmou Nuno Crato durante a sessão solene de abertura do ano letivo 2013-2014 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que decorreu ontem em Lisboa, nas instalações daquele órgão consultivo do Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Nuno Crato explicou que o Inglês ainda não é obrigatório para os alunos do 1.º ciclo porque essa mudança no programa curricular terá "implicações no 2.º e no 3.º ciclos".

Dias da Silva criticou o ministro por "fazer anúncios sem se preparar e sem falar com os parceiros", sublinhando que neste momento as escolas não têm recursos para tornar o ensino de Inglês obrigatório e universal no 1.º ciclo.

"Nuno Crato tem de entender-se consigo mesmo, porque isto assim não é nada", afirmou, por seu lado, o secretário-geral da Federação Nacional de Professores (FENPROF), Mário Nogueira, que também entende que as intenções do ministro podem esbarrar com a falta de recursos das escolas.

"Já nos vamos habituando que o ministro vá dizendo coisas sem as clarificar", acrescentou, defendendo que as alterações curriculares "deviam merecer um grande debate nacional" e não podem continuar a suceder-se todos os anos.

A FENPROF considera que o ensino do Inglês no 1.º ciclo poderia ser obrigatório a partir do 1.º ano, mas entende que a decisão de o concretizar não pode resultar de "um palpite" do ministro da Educação, mas sim da discussão do tema por especialistas.

Dias da Silva, recordando a prova de diagnóstico que Nuno Crato instituiu para o 9.º ano de escolaridade na disciplina de Inglês, afirmou que "não estão criadas condições nas escolas para que os alunos aprendam a língua", criticando o facto de no 8.º e 9.º anos haver apenas a obrigatoriedade de ensinar a língua inglesa 90 minutos por semana, algo que o secretário-geral da FNE considera insuficiente.

O responsável da FNE entende que só terão condições de chegar bem preparados ao teste do 9.º ano os alunos que tiverem apoio financeiro da família para frequentar institutos de línguas para complementar as aulas.

Dias da Silva deixou ainda críticas ao facto de ser paga pelos alunos a certificação resultante da aprovação no teste de diagnóstico, que vai ser da responsabilidade da Universidade de Cambridge.

A Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI) elogiou a passagem do Inglês a disciplina curricular obrigatória no 1.º ciclo, iniciativa que "peca por tardia", e está "expectante" por saber como será implementada.

"Se por um lado a iniciativa é louvável, peca por tardia. Evidentemente vem ao encontro do que a APPI sempre defendeu relativamente à introdução da disciplina de Inglês no 1.º ciclo", afirmou ontem o presidente da APPI, Alberto Gaspar, em declarações à Lusa.

"A APPI concorda evidentemente com a iniciativa, simplesmente estamos expectantes porque não conhecemos, não fazemos ideia como é que essa conversão de extracurricular para curricular vai ser feita, com que perfil de professores, [qual será a] carga horária semanal. Enfim, não sabemos nada", disse Alberto Gaspar.

O dirigente recordou que o Inglês foi introduzido no 1.º ciclo no ano letivo de 2005/2006 com carácter extracurricular, "que mantém até hoje, embora com oferta obrigatória, que este ano já não existe". "Primeiro esteve como uma experiência, em 2005/2006, e depois foram criadas as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), juntamente com a Educação Musical e a Atividade Desportiva, sempre com carácter extracurricular. A APPI esteve sempre contra esta medida e disse-o sempre aos vários 'ministérios' da Educação", referiu.

Alberto Gaspar acusou a tutela de, desde julho, ter "usado alguma inconsistência no anúncio de certas medidas, que são medidas e contra medidas".

O presidente da APPI reforçou que "a medida em si é positiva, mas resta saber se vai ser alargada aos quatro anos do 1.º ciclo, se fica pela metade.

"Enfim, ficamos à espera", afirmou.